

SIMILARIDADES QUE PERPASSAM O TEMPO NAS REPRESENTAÇÕES DITATORIAIS

Similarities that overcome time in dictatorship representations

Andressa Estrela Lima¹

Artigo recebido em: 11/06/2019.

Artigo aceito em: 29/09/2019.

RESUMO

Neste artigo, discutimos as obras *Sombras de reis barbudos* (1975) de José J. Veiga e *K.: Relato de uma busca* (2014) de Bernardo Kucinski, em torno do diálogo que elas suscitam entre história, ficção e memória. Ambas as ficções trabalham com a ditadura militar brasileira, envolvendo tanto a privacidade do indivíduo quanto a teia de conexões da coletividade. Nesse sentido, problematizamos acerca dessas representações utilizando teóricos que apontam direcionamentos memorialísticos, sociológicos, antropológicos, considerando o percurso que os romances fazem no contexto ditatorial para propiciar indagações sobre as similaridades simbólicas que perpassam o tempo nas construções das narrativas em questão e o que podemos discutir a partir desses elementos afins.

Palavras-chave: similaridades simbólicas, ditadura militar, Bernardo Kucinski, José J. Veiga.

ABSTRACT

In this article, we discuss the romances *Sombras de reis barbudos* (1975) by José J. Veiga and *K.: Relato de uma busca* (2014) by Bernardo Kucinski, around the dialogue they raise between history, fiction and memory. Both fictions work with the Brazilian military dictatorship, involving both the privacy of the individual and the network of connections of the collectivity. In this sense, we problematize about these representations using theorists who point out memorialistic, sociological, and anthropological directions, considering the course that the novels make in the dictatorial context to provide inquiries about the symbolic similarities that go through time in the constructions of the narratives in question and what we can discuss from these related elements.

Key words: symbolic similarities, military dictatorship, Bernardo Kucinski, José J. Veiga.

¹Doutoranda em Literatura na Universidade de Brasília – UnB. Currículo Lattes: <http://encurtador.com.br/coB49>. E-mail: andressa_e@outlook.com. Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea – GELBC.

Do que os seres são feitos se não das suas recordações? As lembranças dos indivíduos formam uma grande rede a qual os sujeitos se conectam com o coletivo e com o contexto histórico em que se passa essa relação, propiciando a (re)formulação do passado. Com isso, reivindica-se a subjetividade na História, pois como afirma a crítica literária Beatriz Sarlo (2007) “os direitos de lembrança” servem para esclarecer o passado, não considerando a História apenas como pano de fundo nas relações pessoais, mas como uma grande conexão de modificações mútuas que nos perpassam. É com esse direcionamento que buscamos delinear a leitura e a análise em torno das obras *Sombras de reis barbudos* (1975)² de autoria de José J. Veiga e *K.: Relato de uma busca* (2014)³ de Bernardo Kucinski.

Tais romances apresentam em seu contexto narrativo uma forte individualidade imersa na memória coletiva, realizando uma quebra de barreiras ao inserir a subjetividade no passado histórico. As narrativas em questão surgem em contextos históricos diferentes, mas na análise buscamos possíveis conexões entre elas. Apesar dos períodos de escrita e publicação serem distantes, ambas utilizam vários elementos simbólicos em comum para representar a ditadura militar brasileira, e, diante dessa leitura, poderemos indagar o porquê dessa reiteração de mecanismos similares.

Nesse sentido, no presente artigo buscamos estabelecer uma interlocução entre história e ficção, refletindo sobre a memória que relaciona tanto a individualidade como a coletividade, além da presença constante do passado, e discutimos acerca dos elementos simbólicos similares das duas obras, problematizando essas representações ditatoriais.

História, Ficção e Memória

O entremear dos discursos históricos e ficcionais provocam muitas discussões. Essa aproximação, bem como a separação dessas duas áreas, vem sendo

2 Neste artigo utilizo a 2ª edição. A primeira edição foi publicada no ano de 1972.

3 Utilizo a edição publicada pela CosacNaify, de 2014. A primeira edição foi publicada em 2011.

realizada por inúmeros teóricos. Como propõe Hayden White (1994), antes do século XIX, elas eram reconhecidamente afins, mas no século XIX, a necessidade de separação surgiu, fazendo a oposição entre fato e ficção, e “A história passou a ser contraposta à ficção, e sobretudo ao romance, como a representação do ‘real’ em contraste com a representação do ‘possível’ ou apenas do ‘imaginável’.” (White, 1994, p. 139).

A relação primeira entre história e ficção vem da matéria-prima em comum: a linguagem. Por ser indispensável a qualquer interação, ela agrega tanto o coletivo, quanto o individual. Com relação ao seu uso, o autor fala a respeito da inevitável “confusão” em torno do que seja ou não história, pois “Há muitas histórias que poderiam passar por romance, e muitos romances que poderiam passar por histórias (...). Neste aspecto, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica.” (White, 1994, p. 137/138).

A reflexão de White é radical, uma vez que une as ciências humanas em um só conjunto, transformando a história em romance e vice-versa. No caso das escritas ficcionais elas podem, a partir de suas representações e do tronco em comum da linguagem, suscitar questionamentos sobre a realidade que as cercam, mas sem excluir a história como ciência.

A relação existente entre a história e a memória também é problemática, uma vez que a primeira busca uma padronização do que ocorreu em determinado recorte temporal, mas a segunda sempre possuirá alguma informação que escapará desse padrão, que acarreta, por vezes, um conflito de perspectivas, como confirma Beatriz Sarlo (2007):

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direito da vida, de justiça, de subjetividade). (SARLO, 2007, p. 9).

Assim, a memória reivindica a sua participação no passado histórico por meio das lembranças dos indivíduos. Esse resgate memorialístico envolve os romances em questão, que, a partir de suas construções ficcionais que se

assemelham pelas similaridades simbólicas, expõem a reivindicação da experiência para esclarecerem o que ficou às margens do contar oficial.

Com relação a reconstituição memorialística, estão envolvidas tanto a individualidade como a coletividade, pois o rememorar em conjunto faz a recordação ser palpável e nítida, propiciando um entendimento dos fatos, e, principalmente, dos eventos que escapam da norma. A importância do coletivo se faz presente na medida que necessitamos dele para afirmar um acontecimento ou não, porque só as lembranças individuais não são suficientes. Segundo Maurice Halbwachs (1990):

Para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. (...) dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. (HALBAWACHS, 1990, p. 28).

As recordações coletivas, quando falham, podem comprometer as individuais, ou seja, elas se complementam e se prejudicam mutuamente, causando imprecisão e/ou apagamento dos fatos. A partir dessas rememorações, a tentativa de se compreender o passado evocando-o constantemente concretiza-se no testemunho, na narração da experiência, como explicita Sarlo (2007):

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. (SARLO, 2007, p. 24, grifo da autora).

Observamos que pelo contar da experiência o sujeito se insere na história, nesse passado “impessoal”, ou seja, as lembranças (re)constroem a memória da coletividade e esclarecem fatos até então incontestáveis. Essa inserção do indivíduo também se dá por meio das representações literárias, que permitem o autor, o leitor e o texto dialogarem entre si e problematizarem a formação histórica e social.

Nesse contexto, representar um recorte temporal e expor para o leitor indagações em torno de um período histórico em que cotidianamente procura ser

apagado da lembrança coletiva é uma possibilidade de leitura que os romances *Sombras de reis barbudos* e *K.: Relatos de uma busca* indicam com as suas ficções.

As duas obras figuram a matéria histórica e as formas do testemunho por se reportarem à ditadura militar brasileira, e, considerando as suas configurações, promovem o diálogo entre essas duas áreas. A primeira, foi publicada pela primeira vez em 1972, quando o país estava sob o governo ditatorial do presidente Emílio Garrastazu Médici, este sendo o terceiro governante militar do período; a segunda está situada no contexto pós-ditatorial publicada pela primeira vez em 2011 pela Expressão Popular. Neste mesmo ano foi fundada a Comissão Nacional da Verdade, que investigou violações dos direitos humanos entre os anos de 1946 e 1988 no Brasil, mas, dentro da narrativa, expõe fatos do durante, do processo de abertura e do depois, já nos tempos democráticos.

Sombras de reis barbudos é um romance narrado por Lucas, um adolescente que presencia todas as modificações do seu povoado, desde a chegada de seu tio Baltazar, que articula a Companhia de Melhoramentos de Taitara. No começo as mudanças foram boas, pois as escolas e o teatro funcionavam e existiam muitos espaços públicos, mas, logo depois de um tempo no comando, seu tio sofre um golpe pela articulação de um grupo dentro da empresa, que o tira do poder da Companhia.

Logo após sua saída, ocorre muitas alterações desagradáveis na cidade, como os muros que impedem a mobilidade, os desaparecimentos de pessoas que eram contra esse novo regime, os urubus que aparecem em todos os lugares, as leis absurdas, como não poder sorrir em público, a deterioração de espaços públicos, o isolamento da cidade e a loucura dos cidadãos aprisionados.

Em *K.: Relatos de uma busca* mostra a vida de K., um pai que desesperadamente procura a sua filha, professora da USP, desaparecida pelo sistema ditatorial brasileiro e, no percurso dessa busca, dialoga tanto com o contexto tirânico do Brasil – desaparecidos, mortos, torturadores e militantes guerrilheiros – quanto com as heranças ditatoriais presentes na atualidade, que é a continuidade do sistema com uma roupagem democrática em um país desmemoriado.

Esse legado da ditadura militar representado em *K.* se relaciona com o atual Estado brasileiro que se configura em um Estado de Exceção ou Estado de Sítio, uma vez que o Brasil apresenta todas essas características em sua conjuntura. De acordo com João Camilo Penna (2007):

Os problemas de (in)segurança nas capitais brasileiras possam ser solucionados com a adoção imediata destas medidas de exceção, sobretudo quando sabemos que a dita (in)segurança atual é fruto direto da política de segurança nacional adotada durante os 21 anos de regime militar, ou seja, de um estado de exceção explícito que durou toda a extensão do período autoritário. (PENNA, 2007, p. 180).

Diante desse posicionamento, é válido observarmos as formas como a ditadura militar brasileira e as suas heranças foram representadas e como estão sendo trabalhadas na atualidade, percebendo quais aspectos foram expostos nas obras literárias dentro do contexto ditatorial que se mantiveram nos romances que surgem no período democrático.

O mundo de *Sombras de reis barbudos* é descrito passo a passo da instalação do sistema: golpe, muros, fiscais, urubus, proibições. Em *K.: Relato de uma busca*, por outro lado, o personagem central acorda dentro do governo já estabelecido, não mostrando a gradação presente na obra anterior. Apesar disso, esses dois romances apresentam uma série de elementos simbólicos em comum como os fiscais, a carta branca, os muros, a multiplicidade de vozes, a desmemória, entre outros, que serão problematizados a seguir.

Similaridades que perpassam o tempo

Um dos primeiros elementos simbólicos analisados se relaciona com a constante fiscalização que ronda as duas obras, com seus fiscais e policiais que possuem carta branca para agir como quiserem. No caso de *Sombras de reis barbudos*, o pai de Lucas se torna fiscal após o golpe e ganha essa carta branca para prejudicar ou beneficiar a quem quer que seja. As pessoas, por temê-lo, acabavam bajulando-o:

com meu pai não era aquele respeito espontâneo e desinteressado de quem quer apenas homenagear alguém por alguma coisa já feita; era a

bajulação de quem tem medo de ser prejudicado em algum direito; como fiscal meu pai podia prejudicar ou beneficiar, os fiscais trabalhavam com carta branca e não podiam ser contestados. (VEIGA, 1975, p.14).

A carta branca no excerto de *K.* é exposto na voz de um militar torturador que afirma o seu poder sobre a vida dos comunistas, sendo que seus atos eram totalmente aceitos e legitimados pelo governo:

Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. E daí que o velho falou com esse senador, que entregou carta, que tão pressionando – vão pressionar na puta que os pariu. (KUCINSKI, 2014, p. 46).

Os dois trechos evidenciam a constante violação dos direitos humanos exemplificada pela carta branca, utilizada para eliminar quem fosse contra o regime ou por algum motivo não concordasse com ele, sem quaisquer punições para os mandantes ou para os executores dos crimes.

Na narrativa *K.* existe uma multiplicidade de vozes que são dadas no texto de forma direta com relatos de pessoas envolvidas com a ditadura militar, como a amante do torturador, a empregada da casa da morte, o relato dos guerrilheiros, as cartas das pessoas envolvidas, entre outros.

Uma das vozes que permeiam *K.* é a presença de um torturador que é apresentado na narrativa de forma má, monstruosa, sendo que muitos torturadores da época ditatorial eram pessoas comuns. Mas o que leva pessoas comuns a cometerem crimes? Doris Lessing (1996), em uma série de conferências publicadas, fala a respeito do que leva o ser humano a ter uma postura violenta para com o próximo e a tendência das coisas serem polarizadas e separadas em grupos como amigo/inimigo, torturador/torturado, esquerda/direita. Ademais, ela cita a experiência Milgram, que visava analisar o comportamento humano quando recebiam ordens de supostas “autoridades” que utilizavam fardas e qualquer pessoa era suscetível a realizar coisas abomináveis devido à pressão, concretizando o pedido de tortura do outro ou até mesmo morte, sendo assim:

Essa obediência à autoridade não é exclusivamente dos alemães nazistas, mas faz parte do comportamento humano. Pessoas que participaram de algum movimento político, em tempos de extrema tensão, ou que se

lembram de como se comportaram na escola, sabem disso... Mas uma coisa é fazer algo do qual mais tarde nos envergonhamos e esperamos não repetir, outra é dizer calmamente: “É o que se deve esperar em tais condições”. (LESSING, 1996, p. 80/81.)

O que temos que evitar, portanto, é o pensamento do senso comum maniqueísta de que o militar/torturador é um sujeito essencialmente mal e que os militantes de esquerda são essencialmente bons, e, a partir da quebra desse pensamento, podermos emitir reflexões sobre as condições extremistas de poder que querem e alimentam essa polarização e a normalização de atos inumanos em tempos de repressão.

Já na obra de Veiga, essas vozes são inferidas a partir do contar de Lucas, por sua mediação e ordenação dos fatos, pois existem ações e relações que não são bem explicadas entre os demais personagens, como a relação conflituosa de seu pai com o tio Baltazar, “A trégua entre meu pai e tio Baltazar nunca chegou a ser completa. Até hoje não sei o que aconteceu entre eles no início para gerar tanta prevenção.” (VEIGA, 1975, p. 10).

Os muros aparecem em ambas as obras, representando os impedimentos e dificuldades impostos nos contextos explicitados:

Depois, quando se passaram muitos dias sem respostas, esse pai ergue a voz; angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor os amigos, os amigos dos amigos e até desconhecidos; assim vai mapeando, ainda como um cego com sua bengala, a extensa e insuspeita muralha de silêncio que o impedirá de saber a verdade. Descobre a muralha sem descobrir a filha. (KUCINSKI, 2014, p. 64).

Essa “muralha de silêncio” se ergueu entre o pai e as informações sobre sua filha, que permaneceu muitos anos com esse conhecimento ocultado pelo governo brasileiro, sofrendo a violência imposta pelo sistema:

Outras vezes, lastimava ter acreditado que em troca de dinheiro era possível derrubar o muro de silêncio em torno do sumidouro de pessoas, o que nem gente muito importante havia conseguido. Ele não podia saber que quarenta anos depois esse muro ainda estará de pé, intocado. (KUCINSKI, 2014, p. 102).

Nessa passagem, K. encontra homens que dizem ter conhecimento sobre o paradeiro de sua filha e lhe pedem dinheiro, e, quando é enganado por esses

homens, ele reflete consigo a respeito da impossibilidade de se desfazer esse muro erguido entre ele e as notícias de sua filha, mesmo que tenham se passado 40 anos.

Em *Sombras de Reis Barbudos*, os muros se erguem após o golpe na companhia, e, por mais que sejam incômodos, eles nunca são derrubados:

De repente os muros, esses muros. Da noite para o dia eles brotaram assim retos, curvos, quebrados, descendo, subindo, dividindo as ruas ao meio conforme o traçado, separando amigos, tapando vistas, escurecendo, abafando.(...). No princípio quebrávamos a cabeça para achar o caminho de uma rua à rua seguinte, e pensávamos que não íamos nos acostumar; hoje podemos transitar por toda parte até de olhos fechados, como se os muros não existissem. (VEIGA, 1975, p. 13).

Em forma de *flash back*, Lucas mostra a vinda dos muros após o golpe e as dificuldades que todos passavam com eles, como a falta de comunicação e o isolamento dos moradores. Ele mostra que, após certo tempo, a população já se acostumou com essa situação a ponto de esquecer a existência deles. O elemento muro, nessas narrativas, simboliza a tirania dos regimes, a tristeza do isolamento, as dores e as mágoas decorrentes da impossibilidade de destruição dessas barreiras.

A presença dos desaparecidos é evidente nos romances, uma vez que quem perde um ente querido sai à procura de qualquer informação sobre o destino da pessoa. Na narrativa de Veiga, os desaparecidos são procurados pelas suas esposas que se dirigem à casa de Lucas para tentar falar com seu pai, que era fiscal da Companhia, mas, ao ignorá-las, elas passam a ir atrás da mãe de Lucas e denunciam as torturas e a falta de esclarecimentos em torno dos maridos:

Vendo que nada conseguiam com meu pai as mulheres mudaram de tática e passaram a se apegar com mamãe, mostravam os filhos doentinhos, as pernas inchadas, as mãos maltratadas, falavam nos maridos que estariam sofrendo maus-tratos não sei onde, queriam que meu pai desse um jeito. Aflita, penalizada, quase chorando também, e sem poder fazer nada, mamãe corria lá dentro e voltava carregada de mantimentos para distribuir, umas aceitavam desapontadas, outras recusavam com raiva, diziam que não estavam pedindo esmola mas justiça. (VEIGA, 1975, p.16).

Na narrativa de Kucinski, não só a filha de K. é procurada, mas também vários outros que tiveram o mesmo destino:

Já havia caído a noite e os relatos prosseguiam. Variavam cenários, detalhes, circunstâncias, mas todos os vinte e dois casos computados naquela reunião tinham uma característica comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios. Era como se volatilizassem. O mesmo com os jovens do Araguaia, embora estes já se soubesse estarem mortos. A freira anotava caso por caso. Também recolhia as fotos trazidas pelos familiares. (KUCINSKI, 2014, p. 16).

Percebemos que a mesma representação do sorvedouro de pessoas em *K* é perceptível na Companhia de Melhoramentos de Taitara, sem emitir explicações e sem responsabilizações para com a vida das pessoas que eles mesmos capturaram. Além de que a presença dos familiares à procura das vítimas configura uma forma de resistência por incomodar e investigar o ocorrido.

A falta de comunicação em *Sombras de Reis Barbudos* é gerada pelo deterioramento dos espaços públicos para a comunidade, afetando o desenvolvimento da memória coletiva e individual:

Pois esse homem que nos distraiu tanto, a ponto de desviar inteiramente a nossa atenção das dificuldades com a Companhia, está ameaçado de nunca ter vindo aqui. Parece até que a lembrança dele, e de suas mágicas incríveis, se queimou no incêndio do teatro. Ou o esquecimento é outra mágica que ele nos deixou? Mas, se é assim, como explicar que nem todo mundo esqueceu? Alguma manobra do mágico para gerar discussões e aumentar a confusão? Eu mesmo já não sei quanto tempo o Grande Uzk esteve aqui. Tentei esclarecer a dúvida consultando outras pessoas, e só ouvi respostas desencontradas. Uns falam em semanas, outros em meses, outros juram que nunca; (VEIGA, 1975, p.29).

A vinda do mágico se torna duvidosa pela incerteza da memória coletiva em torno de sua ida a Taitara, o que compromete a memória individual de Lucas e dos outros moradores da região. O incêndio no teatro também prejudica o rememorar pela falta do espaço concreto em que aquelas experiências se efetivaram, além de promover um diálogo com a repressão nos meios teatrais brasileiros na época ditatorial.

“O mal de Alzheimer nacional” citado em *K* é o mesmo esquecimento presente nos moradores de Taitara em *Sombras de Reis Barbudos*, dado que o apagamento para com as violações dos direitos humanos na ditadura foi uma grande estratégia do regime, deixando a situação do país cair na desmemória, como se as injustiças nunca tivessem acontecido. As duas obras não só representam a ditadura

militar brasileira, mas também realizam um diálogo com todos os sistemas repressores existentes.

Os desfechos dos romances são abertos com a prospecção de continuidade da realidade exasperante, como se percebe em *Sombras de reis barbudos*, que, logo após de uma trégua dada pela chuva, a Companhia lança novas proibições tornando a realidade tão insuportável que as pessoas começaram a voar, e, à medida que o número dessas pessoas aumentam, tenta-se encontrar uma explicação plausível para o fenômeno:

- Alucinação coletiva. Todo mundo pensa que está voando ou que está vendo outros voarem. Porque todo mundo deseja muito voar, quanto mais alto e mais longe melhor.
- Alucinação coletiva. É uma doença então?
- Não, não. Pelo contrário. É remédio.
- Remédio. E serve para quê?
- Contra loucura, justamente. (VEIGA, 1975, p. 60).

É válido ressaltar que a única válvula de escape foi se refugiar e se apegar com esse fenômeno para poder suportar a realidade vivenciada, não dando fim aquela coibição constante. O aparato fantástico utilizado por Veiga mostra uma forma de elaborar o inenarrável do período ditatorial, tanto pela repressão como pela incerteza da época.

Notamos em *K.: Relatos de uma busca* a mesma derrota de *Sombras de reis barbudos*, uma vez que o pai nunca encontra sua filha e a única homenagem prestada a ela foi ter o seu nome, junto com outros desaparecidos políticos, colocado em uma rua de um loteamento em um “fim de mundo”, ao passo que os torturadores eram homenageados com construções como pontes e viadutos. O capítulo *Post Scriptum* se refere a uma carta escrita em 2010 que relata o tormento efetuado nos dias atuais:

Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. (...) A voz feminina deixou seu telefone, para contatos. Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desaparecimento; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. (...) O telefonema da suposta turista

brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. (KUCINSKI, 2014, p.125).

Nesse trecho percebe-se que o filho de Bernardo Kucinski é quem atende o telefonema com “pistas” sobre o paradeiro de sua tia já morta e o próprio autor do livro descreve isso como uma contínua tortura aplicada aos familiares dos mortos e desaparecidos da ditadura, mostrando que ainda é o mesmo sistema repressivo que atua nos dias de hoje.

Com relação a essa herança ditatorial, vemos que a violência e os métodos de tortura são similares na sociedade atual, se instalando permanentemente o Estado de exceção que legitima esses atos por parte do poder vigente, como explicita Márcio Seligmann-Silva:

Assim, continuou-se a torturar neste país com a mesma liberdade e com a chancela tácita dos governantes. (...) Afinal, sabe-se que a impunidade do passado alimenta a impunidade do presente. A violência do passado continua na violência do presente. (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 64).

Por conta disso, ao se falar do passado brasileiro acaba por se falar do presente, com todos os seus mecanismos que se espelham nos atos violentos e repressivos da polícia dos tempos ditatoriais. Atualmente o Estado legitima a atuação dos policiais militares que torturam e matam em todo o país, violando os direitos humanos e utilizando a mesma carta branca de antigamente.

Considerações Finais

Os romances analisados revelam que é possível trazer debates a respeito da história oficial brasileira considerando narrativas fictícias, já que elas percorrem um caminho entre imaginação e realidade, além de dar visibilidade a fatos constantemente ignorados ou desconhecidos pelo social a respeito do recorte temporal que descrevem. Dessa forma, realizam leituras do presente, disputas de significados, mas sem avançar nos elementos simbólicos, ocorrendo assim um engessamento dessas simbologias se pensarmos as obras diacronicamente.

Essas representações expõem os danos causados pelo período ditatorial brasileiro e desvelam as suas heranças negativas que se perpetuam nos dias de hoje, sendo que a identificação desses legados ditatoriais no presente podem proporcionar uma possível desarticulação de ondas conservadoras que insistem em negar a existência da ditadura.

Considerando a discussão proposta, vemos que a subjetividade faz parte da construção histórica e a temática unida com a ficção dos romances se relacionam para atingir o maior número de pessoas possíveis para que possam tomar conhecimento do que aconteceu e acontece, desfazendo uma das armas do governo: o esquecimento.

Nesse sentido, por mais que as obras possuam desfechos que denotam continuidade das injustiças descritas, percebemos que o ato da escrita desses romances é em si um ato de resistência. As leituras propostas apontam dois tempos distantes – 1972 e 2011 – que se aproximam pela repetição de elementos simbólicos que denotam as mesmas arbitrariedades sofridas e proporcionam a visualização da não mudança dos problemas que insistem em permanecer no Brasil.

Referências

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad.: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **K.: relato de uma busca**. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

LESSING, Doris. **Prisões que escolhemos para viver**. Trad.: Jacqueline Klimeck Gouvêa Gama. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PENNA, João Camillo. Estado de exceção: um novo paradigma da política? In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n.º. 29, p. 179-204, janeiro-junho, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Trad.: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN,

Francisco Foot; org. **Escritas da Violência, vol. 2 | Representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 64.

VEIGA, José J. **Sombras de reis barbudos**. 2ª ed. São Paulo: Circulo do livro S.A., 1975.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. Trad.: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.